

A INCORPORAÇÃO DA ABORDAGEM DE GÊNERO PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE (SINTESE)

Adenilde de Souza Dantas¹

Orientadora: Maria Helena Santana Cruz²

ST: Mobilizações Populares e Movimentos Sociais e Sindicais

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir e dar visibilidade, a resultados de pesquisa sobre as relações sociais de gênero e a construção das identidades dos/as sindicalizados/as do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE). Devido à natureza do objeto, foi adotada a abordagem qualitativa de inspiração histórico-dialética. A opção metodológica recaiu pelo estudo de caso por meio da consulta a duas fontes de informação: *documentos*: Teses dos Congressos do SINTESE de 2006, 2012 e 2015; *entrevistas semiestruturadas* realizadas com seis dirigentes da entidade. Os resultados da pesquisa informam que o SINTESE ainda não incorporou a discussão de gênero porque a cultura da pauta única na organização é predominantemente voltada para as questões de classe, portanto, não privilegia o enfoque de gênero.

Palavras-chave: Abordagem de Gênero. Educação. Incorporação. Poder. SINTESE.

INTRODUÇÃO

O Estado de Sergipe possui, em seu território, cinco sindicatos que representam os professores da Educação Básica: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Sindicato dos Profissionais do Ensino do Município de

¹ **Mestra em educação** pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora da rede Estadual de Ensino de Sergipe e da rede municipal de Nossa Senhora do Socorro/SE. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processos de Trabalho e Relações de Gênero” - UFS. Aracaju/Sergipe/Brasil. E-mail: adidantas77@gmail.com

² **Professora Emérita** dos Programas de Pós-graduação em Educação e Serviço Social da UFS; Pós-doutora em Sociologia da Educação (UFS); Doutora e Mestra em Educação (UFBA); Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processos de Trabalho e Relações de Gênero” (UFS); Coordenadora da REDOR – REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO e do (NEPIMG/UFS) Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero; E-mail: helenacruz@uol.com.br

Aracaju (SINDIPEMA); Sindicato dos Professores da Rede Particular do Estado de Sergipe (SINPRO/SE) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe Seção Sindical dos Andes Sindicato Nacional (ADUFS³). Destes, o maior, em relação ao espaço geográfico que atua é o SINTESE. Ele representa o magistério público na Rede Estadual de Ensino de Sergipe e em 74 redes municipais. Segundo dados fornecidos pelo Departamento de Filiação e Patrimônio do SINTESE, no final de março de 2016, o sindicato possuía 25.666 filiados nas redes públicas de ensino: estadual e municipal. Destes, 21.809 ou 85% são pessoas do sexo feminino e 3.857 ou 15% dos filiados são do sexo masculino. Além disso, outro fato que chama a atenção é que 78,6% dos cargos que compõem a Direção Executiva do SINTESE são ocupados por mulheres, os homens são 21,4%.

Esses dados estatísticos e a atuação do SINTESE no Estado de Sergipe despertou o interesse em investigar se as discussões de gênero estão sendo incorporadas pelo sindicato. Uma vez que, o gênero é uma construção social que procura fixar identidades com base nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo também um modo de dar significado às relações de poder. A organização sindical, como uma instituição da sociedade, estrutura valores e estereótipos sociais decorrendo deles os vieses da estratificação social de gênero, refletindo-se na forma como são incluídas as questões de gênero nas políticas e pautas sindicais, na equidade entre os sexos e nos percursos profissionais.

Entende-se que o sindicato não é neutro ao que se passa na sociedade, não está fixado dentro de uma bolha, distante de tudo. Ele influencia e é constantemente influenciado por concepções políticas, sociais, culturais e ideológicas que permeiam a sociedade. Portanto, está sempre em construção, porque depende das relações sociais a que está exposto. É uma instituição da sociedade civil cuja especificidade é defender os interesses da classe trabalhadora, pois, trata cotidianamente dos dilemas da vida do trabalhador e das relações sociais vigentes. Esses dilemas são debatidos em conjunto e, a depender da importância coletiva e das relações de forças, são encaminhados para uma agenda de lutas, como forma de reivindicações e enfrentamentos aos patrões, sejam estes, agentes públicos ou privados. Segundo Coronel e Ferreira (2015, p.204), “[...] a participação de mulheres e de homens no movimento sindical é delimitada pelo gênero [...]”, constituindo-se como um importante espaço de mediação, de disputas pelo poder, de reivindicações de direitos de seus filiados/as. É no confronto das relações sociais cotidianas no sindicato que as identidades se estruturam com maior rapidez.

³ Esse sindicato, além das/os professoras/es do ensino superior, representa também os professores da educação básica do Colégio de Aplicação localizado dentro do *campus* universitário da Universidade Federal de Sergipe.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de 2015 a 2016 e é fruto de uma dissertação de Mestrado em Educação realizado na Universidade Federal de Sergipe cujo título é *Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)*. Devido à natureza do objeto, foi adotada a abordagem qualitativa de inspiração histórico-dialética, com ênfase nas dimensões macro-micro, coletivo-individual, objetivo-subjetivo, conflitos e contradições. A opção metodológica recaiu pelo estudo de caso por meio da consulta a diferentes fontes de informação: revisão da *literatura pertinente*; *documentos* do banco de teses da Capes e de Teses dos Congressos do SINTESE de 2006, 2012 e 2015 e *entrevistas semiestruturadas* realizadas com seis dirigentes da Direção Executiva do SINTESE, das subsedes regionais da entidade e com membros do Conselho de Representantes do SINTESE/CERES; e *observação direta* de atividades desenvolvidas na Instituição para captar as relações de poder entre as/os militantes, e foi observado não somente o binarismo homem/mulher, como também as relações sociais entre as próprias mulheres, mulheres e homens.

RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa apontou que a discussão de gênero é muito fraca no SINTESE, praticamente inexistente na entidade. Segundo as/os entrevistadas/os, o sindicato ainda não tem uma política de gênero e quando os problemas surgem são trabalhados de forma pontual. A ausência das temáticas de gênero em todas as instâncias de formação do sindicato é atribuída primeiro, às demandas do sindicato referente às lutas de classe, e, depois, pelo machismo de homens e mulheres, porque a discussão pode expor os pontos de vistas e acabar por constranger os dirigentes que pensam de forma retrógrada. Uma das entrevistadas afirmou que os casos de violência que chegam ao sindicato, somente são trabalhadas as questões legais não havendo, portanto, ações efetivas de prevenção e conscientização da violência contra mulheres, por exemplo. A fala da respondente deixou evidente que outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) tem incorporado a discussão de gênero e promovido formações nessa área.

A partir das observações relacionadas na entidade, da análise das teses e das falas das/os respondentes da pesquisa percebe-se que o SINTESE tem como discurso a igualdade nas relações de gênero, mas não se compromete, na prática, com a criação de políticas internas e externas que,

efetivamente, discutam e promovam a igualdade entre homens e mulheres no espaço sindical e, conseqüentemente, na sociedade, por meio do trabalho docente. Esse comportamento indiferente das/os integrantes do sindicato pode ser explicado a começar pelo que apontou a entrevistada Inês (45 anos), “[...] como a demanda do sindicato é grande isto fica para depois[...]”, esta demanda que ela coloca está relacionada às pautas principais do sindicato referentes a classe, uma vez que “[...]os sindicatos são órgãos preocupados essencialmente com vantagens materiais para o trabalhador, desenvolvendo periodicamente uma luta pela majoração de salários (ao lado, evidentemente, de lutar pela segurança social do trabalhador).” (SAFIOTTI, 2013, p.102). Essa pauta única faz com que aquelas/es que dirigem o sindicato só enxerguem a classe⁴ como causa para todos os tipos de opressões, contudo esta não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora, através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades da pessoa possam ser reconciliadas e representadas (LOURO, 2003, p.52).

Em nome de uma pauta única, a entidade tem investido pouco na reflexão sobre a necessidade de democratização das práticas sindicais o voltar-se para si (sobre as demandas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, e geração, por exemplo). Delgado (1998, p.214) chama a atenção para o fato que os sindicatos tendem “[...] a ocultar a heterogeneidade da classe trabalhadora; e ao se ver a opressão das mulheres como contradição secundária, vê-se na organização das trabalhadoras um fator de divisão e fragmentação da luta política”. Nesse sentido, Souza-Lobo (1996) alerta que o discurso da “unidade de classe” é quase sempre utilizado para sufocar o debate sobre as relações de gênero e ocultar uma visão conservadora sobre a mulher expressa na ênfase nos papéis domésticos e que sua função nos sindicatos é complementar e apoiar a luta masculina.

Para Costa, os sindicatos desenvolvem raras ações para as mulheres e mesmo assim são tratadas com pouco interesse e

[...] relegadas a um segundo plano: não são vistas e planejadas como uma atividade política que necessita de recursos financeiros e pessoal capacitado. Geralmente, estas são atividades realizadas através do empenho pessoal de alguma líder que, no final, acaba “carregando” sozinha o trabalho sindical entre as mulheres. As políticas sindicais direcionadas para as mulheres enfrentam, ainda hoje, o descaso, quando não o boicote explícito dos dirigentes sindicais, apesar de já fazerem parte de muitos dos discursos destes dirigentes [...] A dificuldade ou resistência por parte das lideranças sindicais em entender o caráter assimétrico das construções de gênero e, nelas, as especificidades desse feminino construído socialmente impedem os sindicatos de desenvolver políticas mais eficientes e equitativas voltadas para a

⁴ Entendida como base para a compreensão de todas as contradições sociais e todas as formas de opressão.

incorporação feminina. (COSTA, 2014, p.47; suprimimos).

Desde quando surgiu o SINTESE, as mulheres são maioria nos cargos de poder, entretanto seu empoderamento e ascensão não contribuíram para que suas pautas específicas sejam colocadas em evidência, por isso continuam reproduzindo e interiorizando a identificação com o patriarcalismo, como afirma Souza-Lobo (1996). Isso mostra que não adianta, apenas, as mulheres estarem inseridas no poder é preciso que elas compreendam a situação de subalternidade e as formas de opressões sofridas por elas em decorrência da dominação masculina na sociedade, cobrando das instituições como os sindicatos, iniciativas políticas para alterar essa realidade, colaborando, assim, para desconstrução dos valores e *habitus* patriarcais. Nesse sentido Cruz (2005), enfatiza que:

Para exercer de fato a democracia e a igualdade, o movimento sindical tem, na atualidade, o desafio de garantir não só a participação da mulher nas organizações sindicais, mas buscar compreender as diferenças na forma de pensar e agir de homens e das mulheres nessas organizações e em suas relações sociais (CRUZ, 2005, p.358).

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e uma forma de dar significado às relações de poder. Esse conceito estabelece uma diferença entre o biológico, conhecido como sexo, e o gênero que está relacionado à identidade cultural que se atribui e se adquire, e que torna os indivíduos reconhecíveis como homens e mulheres. Sardenberg (2010) enfatiza que o gênero organiza e legitima,

[...] não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades, o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias etc.. (SARDENBERG, 2010, p.47-48).

A abordagem das relações de gênero constitui-se uma ferramenta indispensável para compreender diversos processos sociais em educação, dentre eles, o trabalho docente e a própria militância sindical. Entende-se que as/os professoras/es precisam conhecer e se apropriar do conceito de gênero e das relações de poder a fim de contribuírem para a construção de uma sociedade mais justa e que respeite as diversidades. Não há como promover a emancipação humana através da escola, se aqueles que a pensam e a fazem não são capazes de compreender e se conscientizar da importância de promover a discussão e problematização das construções sociais

que aprisionam sujeitos em papéis sociais fixos excluindo aqueles que não se enquadram nas regras sociais.

O SINTESE, construído e dirigido por maioria de mulheres, conquistou o respeito e a admiração da população e de diversas instituições de seu estado, como também de várias instituições sindicais e educacionais de outros estados da federação e até de outros países, pela forma como tem conduzido a luta nas redes estadual e municipais de 74 municípios sergipanos. Nos seus 40 anos de existência, o sindicato fez da formação político sindical da sua base e de seus dirigentes a palavra-chave e isso tem permitido que homens e mulheres tenham acesso ao seu maior capital “o conhecimento”. Por meio deste, a instituição não tem apenas proposto aos gestores públicos os direitos trabalhistas de suas/suas filiadas/os, ela interveio nas políticas educacionais de seu estado, propondo transformações sociais e a emancipação humana da sociedade, por meio da educação. Não obstante, ao não promover a incorporação da temática de gênero no sindicato, como uma de suas políticas de luta, a instituição não conseguirá cumprir, na íntegra, um de seus maiores objetivos o de uma sociedade interacional nova, na qual a emancipação humana alcance ter a luta pela afirmação da mulher, da liberdade sindical, respeitadas as diferenças e etnias.

REFERÊNCIAS:

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Apropriação da categoria gênero em teses e dissertações brasileiras sobre sindicalismo docentes. In: DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira (Org.). **Sindicalismo em educação e relações de trabalho**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2015. p.185-210.

COSTA, Ana Alice Alcântara. As mulheres no sindicato. **Revista Feminismos**. V. 2, n. 2, maio-ago. 2014. p. 40-52. Disponível em: <https://www.Feminismos.neim.ufba.br>. Acesso em: dez. de 2016.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho gênero e cidadania**: tradição e modernidade. Aracaju: Editora da UFS, 2005.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo. In: BORBA, Ângela. FARIA, Nalu. GODINHO, Tatau. **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: W Editora Vozes. 2003.

SAFFIOTI, Heleith I. B.. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade.** São Paulo: Editora Expressão popular, 2013.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, Ivya; SCHEFLER, Maria de Lourdes; PETILDA, Serva Vasquez; AQUINO, Silvia de. (Org.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista.** Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010. (Coleção Bahianas. 12).

